

## ANÁLISE DA PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO ENCAMINHADA PELO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAÍBA

Conforme acordado durante a reunião conjunta entre CTPNRH e CTPOAR, realizada em 19 de fevereiro de 2014, foram reunidos pela Secretaria Executiva do CNRH os comentários e sugestões referentes à proposta de enquadramento enviada pelo CBH-Paranaíba e apresentada Sr. Sérgio Ayrimoraes (ANA).

### CONTRIBUIÇÕES RELACIONADAS À MINUTA DE RESOLUÇÃO SUGERIDA PELO CBH-PARANAÍBA

**Sra. Martha Sugai**  
**Recebida em 18/03/2014**

#### 1. BASE LEGAL

Pela Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1977:

- compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos ou pelos Comitês de Bacia Hidrográfica (Art. 35 , inciso IV);
- compete às Agências de Água, no âmbito de sua área de atuação, propor **ao respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica**, o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao **respectivo Conselho Nacional ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com o domínio destes** (art. 44, inciso XI, alínea a).

Pelo art. 8º da Resolução nº CNRH 91, as age

de meio ambiente, \_\_\_\_\_ **as propostas de**  
**alternativas de enquadramento aos resp** \_\_\_\_\_

, ao \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**competente:**

- \_\_\_\_\_, o \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_**as propostas de alternativas de enquadramento ao respectivo**  
**comitê**, para as demais providências definidas no caput (§1º);
- \_\_\_\_\_ competente, os \_\_\_\_\_ **gestores**  
de \_\_\_\_\_ **de meio ambiente**  
\_\_\_\_\_ elaborar e  
**encaminhar as propostas de alternativas de enquadramento ao respectivo**  
**Conse** \_\_\_\_\_ (§2º).

Ainda, pelo art 11 desta Resolução, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, **dos Estados e do Distrito Federal**

-

entre si.

Pelo novo regimento interno do CNRH, compete às Câmaras Técnicas, observadas suas respectivas atribuições definidas na resolução de sua criação, **analisar, encaminhar e relatar ao Plenário**, por meio da Secretaria-Executiva, **propostas de deliberações**,

**acompanhadas de parecer técnico conclusivo, observada a legislação pertinente**  
(art. 27, inciso I).

Cabe à CTIL avaliar os aspectos legais, mas os aspectos técnicos previstos na proposta de Resolução do CNRH devem ser avaliados pela CTPNRH e/ou CTPOAR, em particular quanto ao atendimento dos arts. 2 a 7 da Resolução CNRH nº 91.

## 2. PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO E OBSERVAÇÕES

O CBH-PARANAÍBA, por meio do Ofício Circular nº 112/2013, endereçado ao CNRH, solicita aprovação da proposta de **enquadramento dos corpos hídricos superficiais da bacia do rio PARANAÍBA**, aprovada conforme Deliberação nº 39, de 04 de junho de 2013. Segundo o art. 1º desta Deliberação é aprovada a proposta de Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais, **conforme relatório em anexo**, devendo esta **deliberação ser encaminhada ao CNRH para aprovação** (art. 2º).

O relatório em anexo apresenta minutas de uma resolução do CNRH e de deliberações de órgãos estaduais:

- **PORQUE FOI APROVADO ESTE RELATÓRIO E NÃO UMA LISTA DOS CORPOS DE ÁGUA?** Estas minutas provavelmente serão alteradas ao longo do seu processo de aprovação.
- **A APROVAÇÃO SE REFERE SOMENTE AOS CORPOS DE ÁGUA DE DOMÍNIO DA UNIÃO?** Isto não está escrito na Deliberação. Pela legislação vigente o CBH-PARANAÍBA e o CNRH só podem APROVAR O ENQUADRAMENTO DOS corpos de água de domínio da União.

É difícil identificar quais são os rios de domínio da União no “Plano de Recursos Hídricos e do Enquadramento dos corpos hídricos superficiais da Bacia do Rio Paranaíba” e no “RP – 09 –Proposta de Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais da Bacia do Rio Paranaíba”.

Importante que os documentos legais que apresentem as classes dos corpos de água sejam bem claros. Eles devem ser consultados diariamente, principalmente pelos órgãos de licenciamento e as entidades gestoras de recursos hídricos:

- **NESTE SENTIDO ENTENDO QUE DEVEM SER APRESENTADAS LISTAS COM OS MESMOS E SUAS CLASSES, no corpo da resolução ou no seu anexo.**
- **cabe uma reflexão se estas listas deveriam ser por “corpo de água” (Quadro 5.1 do RP - 09) ou por “classe” como está na minuta de resolução do CNRH ( me parece que esta última é menos prática para o uso no dia a dia).**

A seguir algumas questões técnicas específicas:

- **quais as diferenças entre o "Cenário PLANSAB ampliado" e o PLANSAB? É só no prazo, 2030? O PLANSAB considera os níveis de tratamento apresentados no Quadro 2.1?**
- **o custo do tratamento terciário é somente 25% mais caro que o custo do tratamento secundário ?**
- **não fica claro quais são os usos mais restritivos em cada trecho;**
- **porque Patos de Minas se enquadra do G3 (pág 57, RP - 09)?**

- mesmo para a M1 apenas 30% dos recursos estão assegurados. Houve uma discussão com os municípios e as prestadoras estaduais sobre a viabilidade de implementação da proposta?

**Com relação à minuta de resolução:**

- **ementa “aprova o enquadramento....de comínio da União ” e art. 1º “Aprovar o enquadramento..de domínio da União..”**
- **a minuta de resolução não traz as metas intermediárias e os prazos apesar de definir que a autoridade outorgante deverá se articular com o órgão licenciador para o cumprimento das metas INTERMEDIÁRIAS E FINAL;**
- **a autoridade outorgante no caso é a ANA e ela deverá se articular com os órgãos licenciadores e de meio ambiente (art. 2 a 4).**

**DEMAIS CONTRIBUIÇÕES RELACIONADAS À PROPOSTA DE  
ENQUADRAMENTO APRESENTADA NO PNR-PARANAÍBA**

**Sra. Vandete Maldaner**  
**Recebida em 18/03/2014**

Levando-se em consideração o Resumo Executivo do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paranaíba; o RP-09 Proposta de Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais da Bacia do Rio Paranaíba; a resolução CONAMA nº 357/2005 e sua legislação correlata; a Resolução CNRH nº 91/2008; e a Resolução ANA nº 353/2013, apresentam-se os seguintes questionamentos e considerações:

1 – **Dominialidade dos rios:** a proposta de enquadramento para a bacia do Rio Paranaíba foi finalizada em outubro de 2012. No entanto, em março de 2013, a Resolução ANA nº 353/2013, que define a escala e a base cartográfica oficial para apoio à classificação dos cursos d’água quanto ao domínio, acabou por alterar a dominialidade de alguns corpos d’água. No Distrito Federal, corpos hídricos localizados na bacia do Rio Paranoá sofreram tal alteração, como por exemplo: Rio Paranoá; Reservatório do Paranoá (conhecido pela população do DF como Lago Paranoá); Riacho Fundo; Córrego Vicente Pires e Córrego Samambaia.

Os rios listados como de interesse para o enquadramento (conforme Figura 3.1 – Rios de Interesse para o Enquadramento, do RP-09) e que passam pelo território do Distrito Federal são: Rio Descoberto; Rio São Bartolomeu; Rio Pipiripau; e Rio Samambaia (este na bacia do Rio São Marcos). Os rios localizados na bacia do Rio Paranoá não foram incluídos na listagem pois eram tratados como corpos hídricos de domínio distrital. Assim, frente à nova realidade de dominialidade existente; à grande importância dos corpos hídricos da bacia do Rio Paranoá, citados acima, para o Distrito Federal; e considerando que **essa questão não foi debatida junto ao Comitê, uma vez que a proposta de enquadramento foi finalizada antes do surgimento dessas divergências, sugere-se que a matéria seja enviada de volta ao CBH Paranaíba para as devidas correções, adequações e/ou negociações.**

2 - Áreas reguladas por legislação específica: neste item, e dentro do território do Distrito Federal, foram considerados os seguintes rios: Rio Descoberto (localizado na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Descoberto e na Área de Proteção Ambiental do Planalto Central); Rio Pipiripau e Rio São Bartolomeu (localizados na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu e na Área de Proteção Ambiental do Planalto Central). Deve-se destacar, no entanto, que de acordo com o novo mapa da ANA para a dominialidade dos rios no Distrito Federal os corpos hídricos localizados no interior do Parque Nacional de Brasília são de domínio federal (e não foram contemplados na proposta de enquadramento apresentada) e possuem extrema relevância para o Distrito Federal, considerando que a Represa de Santa Maria é uma das fontes de abastecimento urbano do DF e que o Córrego Bananal é também possui importância para o cenário de abastecimento urbano futuro. Assim, **novamente sugere-se que a matéria retorne ao CBH Paranaíba, pois necessita de revisão, correção e/ou adequação.**

3 - Classificação Rio Descoberto: a proposta de enquadramento para o Rio Descoberto (Descoberto 2), da barragem do Descoberto até o remanso do reservatório da UHE Corumbá IV, é de classe 2. Neste trecho, um dos afluentes com domínio distrital é o Córrego Melchior que recebe lançamento de efluentes de uma ETE. Em algumas épocas do ano este córrego chega a apresentar classe 4 na qualidade de suas águas. A proposta enquadramento do Distrito Federal, que se encontra em análise pelo Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, classifica o referido Córrego em classe 3. **Considerando que a estação de tratamento de esgoto em questão já possui tratamento terciário (conforme mostra o Quadro 3.5, do RP-09), quais as possibilidades para que a entrega no Rio Descoberto aconteça em classe 2?**

4 - Ribeirão Saia Velha: na proposta de enquadramento foi incluído o Ribeirão Saia Velha, corpo hídrico de domínio distrital. Para o demais estados que fazem parte do CBH Paranaíba, foi apresentada uma minuta de resolução para os Conselhos Estaduais em casos semelhantes. Como **não foi apresentada uma minuta de resolução distrital para o caso do Saia Velha**, como ficaria a questão legal deste Ribeirão? Já que a proposta é para um corpo hídrico de domínio distrital, por que não foi feita a interlocução com o Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal?

5 - Custos para a efetivação da proposta de enquadramento: de acordo com este item, os investimentos necessários concentram-se nas cidades do grupo G3, sendo que Brasília está entre elas. Grande parte do orçamento levantado é decorrente das verbas dos Estados e Municípios. No entanto, não foi feita a negociação com os entes da Federação para comprometimento de aplicação dessas verbas, não sendo levadas em consideração, portanto, as prioridades dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Como pode-se garantir a efetivação do enquadramento, dentro dos prazos estabelecidos, se esta etapa não foi realizada, mesmo que de maneira inicial? Deve-se ressaltar que uma legislação como esta (enquadramento) poderá afetar drasticamente o planejamento dos órgãos gestores e das companhias de saneamento. Não basta constatar a existência do

recurso, é preciso que sejam consideradas as prioridades estabelecidas, principalmente em relação às áreas críticas e as áreas abordadas pela proposta apresentada. Assim, poderão ser firmados termos de compromissos que sejam benéficos para os dois lados. **Há algum planejamento para realização dessas negociações em um futuro próximo?**

**Sr. Marcos Helano Montenegro**

**Recebida em 17/03/2014**

Na qualidade de membro titular do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, a Seção do Distrito Federal da ABES (ABES-DF) encaminha à Secretaria Executiva do CNRH a seguinte contribuição para a continuidade da discussão da proposta de enquadramento dos corpos d'água da bacia hidrográfica do rio Paranaíba, cuja análise teve início no dia 18 de fevereiro de 2014 pela CTPNRH e pela CTPOAR.

A referida contribuição foi sistematizada em seis temas, de modo a facilitar o exame e a compreensão dos pontos considerados mais relevantes desta contribuição.

#### **1º Influência mútua entre a proposta do Paranaíba e as proposta em debate no CRH-DF**

O CRH-DF está iniciando o processo de debate do enquadramento de corpos d'água distritais e federais no território do DF, sendo visível a necessidade de compatibilizar as propostas dele decorrente com as propostas originárias do CBH Paranaíba.

Observa-se, por exemplo, **incoerência entre a proposta do Paranaíba e aquelas em discussão no âmbito do CRH-DF para o trecho do rio Descoberto, entre a foz do córrego Melchior e a foz do ribeirão Engenho das Lages. As propostas em exame no DF propõem adotar a classe 3 enquanto a proposta do Paranaíba indicam a classe 2.**

Considerando que o alcance dessas classes dependerá de compromisso local relativo a investimentos e à regulação distrital do uso da água e do solo, a proposta a ser aprovada poderá vir a não ser efetiva sem a devida articulação entre os Conselhos. Dessa forma, mais uma vez, vê-se a necessidade de que o CNRH e o CRH-DF trabalhem conjuntamente.

#### **2º Quanto à vazão de referência**

O Distrito Federal adotou como vazão de referência para o enquadramento 20% das médias das vazões mínimas mensais, valor distinto da  $Q_{95}$  proposta pelo CBH Paranaíba. Sem que haja o estudo sobre a equivalência entre esses valores, a discussão sobre as classes de uso será improdutiva. Assim, faz-se necessário a utilização de uma **vazão consensual entre o CRH-DF e o CNRH**, no território do DF.

### **3º Quanto ao conjunto dos parâmetros**

O material disponibilizado pelo CBH Paranaíba apresenta a indicação de que estariam sendo adotados os seguintes parâmetros prioritários para o enquadramento: demanda bioquímica de oxigênio, fósforo total e coliformes termotolerantes.

**O DF ainda não definiu o conjunto de parâmetros** a ser considerado na proposta de enquadramento, que poderá eventualmente apresentar distinções em áreas sujeitas a diferentes usos preponderantes dentro do seu próprio domínio e não convergente com aquele proposto no Paranaíba.

### **4º Quanto às metas intermediárias**

A proposta do CBH Paranaíba apresenta metas de investimento para quatro períodos: 2014-2018, 2019-2023, 2024-2028 e 2029-2033, porém, não apresenta metas relativas aos parâmetros considerados para o enquadramento, apresentando apenas uma proposta de evolução do tratamento dos esgotos domésticos na bacia.

Esse viés trata o enquadramento como ferramenta de planejamento de investimentos atende à necessidade de que as metas futuras estejam relacionadas a um programa de efetivação do enquadramento orientado pela ampliação do tratamento de esgotos domésticos.

No entanto, **a ausência de metas para os parâmetros a serem monitorados não permite a utilização das metas intermediárias como instrumento de regulação dos usos das águas.** Tanto a outorga de direito de lançamento de efluentes de qualquer natureza (domésticos, industriais ou rurais) quanto o licenciamento ambiental não contam, nessa proposta, com o subsídio imprescindível ao cumprimento de suas atribuições.

### **5º Quanto aos corpos d'água objeto da proposta apresentada pelo CBH Paranaíba em exame para deliberação do CNRH**

No Distrito Federal há corpos d'água de domínio da União e distritais, cabendo respectivamente ao CNRH e ao CRH-DF o seu enquadramento em classes visando atender aos usos preponderantes.

A proposta em discussão apresenta uma seleção de corpos d'água "representativos", definidos segundo critérios adotados pelo CBH Paranaíba e que, em muitos aspectos não contemplam as necessidades locais, notadamente no Distrito Federal. Não parece atender aos interesses da gestão das águas do DF a ausência de proposta de enquadramento para:

- a) o ribeirão Ponte Alta, incluídas suas nascentes no córrego Vargem da Bênção;
- b) o rio Alagado; e
- c) os corpos d'água em áreas nacionais de proteção ambiental, principalmente aqueles no Parque Nacional de Brasília.

Considerando a necessidade de que o enquadramento desses corpos d'água seja formalizado pelo CNRH (em razão da dominialidade da União) e que há

propostas em discussão no CRH-DF, é o caso de se perguntar: o CNRH poderá delegar ao CRH-DF tal definição? Caso não seja possível, o CNRH não deve se articular com o CRH-DF para integrar as soluções, articulando uma agenda para esse processo?

Importante destacar que a ANA já delegou a competência de outorga em rios de domínio da União à ADASA, cabendo-lhe atuar em todas as águas no DF.

#### **6º Quanto à articulação com o Distrito Federal**

A proposta não apresenta sugestão de articulação objetiva entre o DF e as instâncias federais (em especial com o CBH Paranaíba e o CNRH). As recomendações constantes do item 7.6 são genéricas e não detalham como implementar a proposta tendo em vista a complexidade institucional dessa bacia. Cabe buscar **explicitar as ações conjuntas DF-União no processo de implementação do enquadramento**. Sem que se aumente a governabilidade sobre os investimentos ou se integre a gestão das águas nesse território, provavelmente, esse instrumento terá dificuldades em alcançar seus nobres objetivos.

**Sr. Wilson de Azevedo Filho**

**Recebida em 14/03/2014**

Sobre o enquadramento, como já tive a oportunidade de me posicionar na reunião da CT, acredito que as dúvidas levantadas sobre esse assunto, residem no que poderá acontecer após a decisão do CNRH sobre a proposta de enquadramento na bacia do Paranaíba.

**Como será que os órgãos gestores irão proceder em relação as outorgas? Qual o reflexo que o enquadramento poderá trazer na definição dos valores da cobrança?**

Acredito que se forem esclarecidos esses pontos (existem outros) muitas das incertezas serão superadas.

Assim sugiro que os representantes dos órgãos gestores (ANA, IGAM, SEMARH e ADASA) apresentem sua visão sobre essas questões na próxima reunião.

**Sra. Zeila Piotto**

**Recebida em 28/02/2014**

#### **Avaliação da Proposta de enquadramento – CBH Paranaíba**

O documento (PRH Paranaíba) disponibilizado pelo CBH-Paranaíba para os membros das CTs do CNRH contempla somente um resumo da proposta de enquadramento. Nele, não é possível identificar as premissas e critérios adotados para as simulações de qualidade e identificação das ações necessárias para a efetivação do enquadramento.

As informações disponíveis no site do comitê apresentam inúmeros relatórios relacionados à proposta de enquadramento e, em especial, o relatório RP09 – que não foi disponibilizado aos membros das CTs.

Considerando-se que esta é a primeira análise de proposta de enquadramento que o CNRH analisa, é fundamental que os membros das respectivas câmaras técnicas tenham acesso e analisem a proposta na sua íntegra e não um resumo apresentado no Plano de Bacia (PRH – Paranaíba).

Deste modo, os comentários iniciais a seguir são feitos a partir da análise dos relatórios de diagnóstico (RP 03), do prognóstico (RP 04) e da proposta de enquadramento (RP 09).

### **Premissas e critérios adotados para a elaboração da proposta**

- 1) Não foi possível observar um quadro resumo com as premissas adotadas na proposta para os períodos de planejamento propostos. Elas estão dispersas em vários documentos, dificultando a análise da proposta.
- 2) As eficiências de tratamento apresentadas na pg. 50 do RP09 são diferentes do que é apresentado na tabela 7.5 do RP 03. Qual o valor correto?
- 3) Quais os critérios adotados para determinar as cargas remanescentes de DBO e P? O quadro 10.20 que apresenta cargas remanescentes (DBO) de origem doméstica indica abatimento total de DBO de 62% e de P de 57%. Os dados de tratamento coleta e tratamento de esgotos no RP 03 (pg. 336) indicam que o índice de coleta médio é 30,5% e o índice de tratamento de 22,7%. Como entender nas tabelas o que é decaimento e o que é abatimento?
- 4) As figuras, como por exemplo, figura 4.3 do RP 09, apresenta uma classificação das ottocelulas em quantidade de coliformes expressa NMP/dia. Este valor não deveria ser por NMP/dia/km<sup>2</sup> (por área)? Isso se aplica para dos demais gráficos que apresentam dados de qualidade por células unitárias.
- 5) A estimativa de carga difusa da pecuária é a mesma do pasto? Por que os valores de carga remanescente para a pecuária são diferentes nas tabelas 10.23 – que é 89.453 kg/dia de DBO e na tabela 10.26 é 105.805 kg/dia (pasto)?
- 6) Como foram obtidos os valores de carga remanescente para os cenários e qual a carga remanescente para o cenário normativo? Para a DBO, por exemplo, a carga remanescente estimada na condição atual é de 164.244 kg/dia, mas, no quadro de metas, o valor apontado é 209.116 kg/dia.
- 7) As metas estão somente baseadas nas cargas pontuais domésticas com elevados investimentos em tratamento terciário para remoção de nutrientes. No entanto, a maior contribuição de P é de carga difusa. A simulação de qualidade indica que a concentração de fósforo será compatível com as classes propostas nos trechos críticos? O quadro 10.28 apresenta as cargas remanescentes (RP03);

- Estimativa de cargas remanescentes de – P (kg/dia)



- Doméstica - 3.431;
- Pecuária - 12.524;
- Agrícola - 6.267;
- Mineração -14
- TOTAL = 22.237 kg dia

Como estes valores se relacionam com os cenários de simulação de qualidade?

8) Por que não foram considerados nas simulações compostos de Nitrogênio (amoniaco, nitrito e nitrato) cuja presença está associada ao lançamento de esgotos domésticos; cargas difusas de áreas de uso agrícola e pecuária e, cuja presença está causando desconformidades em vários trechos analisados, conforme destacado a seguir:

*“A região de Goiânia e do alto Meia Ponte apresentaram valores acima do esperado e requerem atenção quanto ao nitrogênio, visto que estas duas regiões são as únicas que possuem concentrações típicas de classe 3 em toda a bacia do Paranaíba. Os elevados valores deste parâmetro podem influenciar, em conjunto com o parâmetro fósforo total, no processo de eutrofização de rios. Ressalta-se a proximidade dos pontos de monitoramento a áreas agrícolas e pastagem. A Figura 10.47. ilustra essa situação no rio Meia Ponte a partir do km 84 até o km 123, sendo que o ponto mais crítico é o localizado no km 99, inserido exatamente no centro urbano de Goiânia”* (pg. 155 RP 03);

9) Por que não foram apresentados os dados de simulação da condição de oxigênio dissolvido (OD) tendo em vista que este parâmetro apresenta estreita relação com os teores de matéria orgânica para os cenários propostos? Inclusive, está previsto que o valor de DBO nos trechos pode ser flexibilizado se o teor de OD for compatível com a classe. Como este parâmetro não foi simulado (apresentado), ele será atendido a qualquer momento para as classes propostas?

10) O texto menciona vários cenários: Condição Atual; Cenário Tendencial 2030 e Cenário PLANSAB Ampliado 2030. E o cenário normativo qual é?

**Atendimento às resoluções Conama nºs 357/05 e 430/11 e à Resolução CNRH nº 91/08.**

11) A proposta não contempla as metas obrigatórias intermediárias para os parâmetros para os quais foi identificada desconformidade com a classe, conforme determina o os parágrafos 2º e 3º do artigo 38 da Resolução Conama 357/05. Para reforçar este aspecto, destaca-se o trecho do relatório RP 09, pg 103:

*“De acordo com o shape do milionésimo utilizado como base na presente proposta de enquadramento, a extensão total dos rios selecionados é de 8.417 km, isto é, tem-se 11% da extensão dos rios em desconformidade quando utilizamos a vazão de referência Q7,10, 7% para a vazão Q95 e 5% para a vazão Q90. Na condição atual a extensão de trechos em desconformidade varia entre 18% e 10% da extensão total em função da vazão de referência, e para o cenário tendencial temos a variação entre 21% e 15%. A extensão dos rios localizados nas bacias dos rios Corumbá, Meia Ponte, Bois e Araguari correspondem a 50% da extensão total dos rios na bacia do Paranaíba, se considerar apenas a extensão dos rios em desconformidade teremos um total de 98% dos trechos de rios da bacia do Paranaíba localizados nas bacias destes quatro rios, qualquer que seja a vazão de referência analisada”.*

12) O parágrafo primeiro do artigo 6º da resolução CNRH 91, determina que as propostas de metas devem ser elaboradas para um conjunto de parâmetros de qualidade da água e de vazões de referência. Estas metas de qualidade não foram apresentadas. Somente foi apresentada proposta de classes e não de metas. O conjunto de parâmetros, por sua vez, deve ser definido em função dos usos e das condições atuais (diagnóstico) e futuras (prognóstico). Este conjunto de parâmetros deve servir de base para as intervenções propostas. O diagnóstico apresentado nos relatórios RP 03 identificou os seguintes parâmetros desconformes: OD, DBO, P, nitrogênio amoniacal e CT. No entanto, somente foram mencionados três parâmetros no estudo. Além disso, mesmo para estes três parâmetros não foram apresentados em termos de metas de concentração ao longo do tempo (condição atual, meta intermediária e meta final).

13) As metas devem ser apresentadas por meio de um quadro comparativo entre as condições atuais de qualidade e aquelas necessárias para o atendimento dos usos identificados. A proposta encaminhada não apresentou este quadro, apesar do RP 09 mencionar na pg. 17 que as concentrações foram obtidas nos trechos estudados:

*“Calcula-se inicialmente qual a carga do parâmetro em cada trecho para os cenários analisados. Na sequência, em função da vazão de referência, é calculada a concentração do parâmetro no trecho. Finalmente, tendo como referência os padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/2005, o modelo calcula a classe correspondente à concentração obtida para cada trecho do corpo d’água”.*

Ou seja, é possível obter e simular as concentrações, bem como, apesar das deficiências de monitoramento, foi possível identificar que outros parâmetros estão desconformes.

14) Mesmo que os parâmetros possam ser apresentados em metas conforme determina os regulamentos legais, a não inclusão de parâmetros que estão atualmente em condição de desconformidade, indicam que os valores limites para as classes propostas devem ser atendidos a qualquer momento. Exemplificando: As concentrações de nitrogênio amoniacal, nitrito e nitrato devem ser atendidas a qualquer momento e, conforme o diagnóstico já identificou, o N amoniacal está desconforme (nitrito e nitrato não foram analisados). Por isso, é razoável supor que devam ser estabelecidas metas intermediárias para estes parâmetros, bem como ações para redução das cargas observadas nos trechos desconformes. Caso contrário, como será o licenciamento de atividades nestes trechos?